

Sempre bestializados? O golpe de 1964 e a história das elites. Uma crítica historiográfica

*Always bestialized? The 1964 coup and the history of the elites.
A historiographical critique*

Lineker Noberto 

Doutor em história

Universidade Federal de Sergipe, Brasil

lineker.noberto@yahoo.com.br

Resumo

Após 60 anos, o golpe de Estado de 1964 continua sendo objeto de muitas investigações e ampla discussão historiográfica. Este artigo apresenta uma crítica à interpretação de Argelina Figueiredo e Jorge Ferreira sobre o referido golpe de Estado de 1964. Se valendo da vasta literatura especializada já disponível, o artigo demonstra que, ao assumir a perspectiva da história das elites, com todas as implicações teóricas e políticas inerentes a ela, a análise dos autores negam o protagonismo das classes sociais, especialmente dos trabalhadores, que aparecem alienados do processo histórico devido à radicalidade do conflito travado em seu nome pelas elites políticas.

Palavras-chave: Brasil; golpe de 1964; historiografia; elites.

Abstract

After 60 years, the 1964 coup d'état remains the subject of extensive research and historiographical discussion. This article presents a critique of Argelina Figueiredo and Jorge Ferreira's interpretation of the aforementioned 1964 coup d'état. Drawing on the vast literature already available, the article aims to demonstrate that by adopting the perspective of elite history, with all its inherent theoretical and political implications, the authors' analysis denies the central role of social classes, especially workers, who appear alienated from the historical process due to the radical nature of the conflict waged in their name by political elites.

Keywords: Brazil; 1964 coup; historiography; elites.



<https://doi.org/10.28998/rchv16n32.2025.0003>

Artigo publicado sob a [Licença Creative Commons 4.0](#)

Submetido em: 01/08/2025

Aceito em: 12/12/2025

Publicado: 29/12/2025

e-Location: 19938

À guisa de introdução: corresponsáveis pelo golpe, as esquerdas radicais assumem a estratégia do confronto

Assumindo a pressuposição defendida por Argelina Figueiredo de que o golpe de Estado de 1964 não foi resultado da simples atuação conspiratória de uma aliança formada por grupos conservadores e direitistas brasileiros com setores empresariais e governamentais dos Estados Unidos, nem tampouco “[...] a consequência inevitável de fatores estruturais políticos e/ou econômicos [...]”, muito menos produto da inabilidade ou incompetência política de um único sujeito, a saber, o então presidente da República João Goulart, Jorge Ferreira recupera a atuação política das “esquerdas” para definir o verdadeiro motivo para o golpe (Figueiredo, 1993, p. 22). Diferente das explicações “conspirativa”, “determinista” e “personalista” acima mencionadas, para o historiador, a causa do golpe deve ser encontrada no processo de radicalização imposto pela inconsequente “estratégia do confronto” assumida pelas esquerdas (Ferreira, 2004)¹.

A narrativa histórica construída por Figueiredo e Ferreira serve à demonstração de que todas as tentativas de conciliar as forças políticas antagônicas em torno de um projeto mínimo de reformas, e da realização de ações parciais vinculadas a esse projeto, levadas adiante pelo presidente da República, foram frustradas pela ação irresponsável e autoritária das elites políticas à esquerda e à direita.

O plano de estabilização e desenvolvimento econômico elaborado pelo ministro (sem pasta) do Planejamento, Celso Furtado, que, segundo o historiador, poderia resultar na queda dos índices de inflação e abrir caminho para a realização das reformas estruturais pelas quais variados setores da sociedade clamavam, foi apoiado por parte da direita, mas boicotado pelas esquerdas. Enquanto o presidente Goulart esforçava-se em estabelecer um diálogo produtivo com setores empresariais, mercado financeiro e os trabalhadores ainda reticentes, relevantes lideranças de esquerda, como Prestes e Brizola, e organizações, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), atacaram o plano, inviabilizando-o.

Sinceramente comprometido com a reforma agrária, o presidente Goulart também não conseguiu avançar em seu intento de realizá-la devido à intransigência das esquerdas e das

¹ A tese, e praticamente toda a reflexão a seguir, foi originalmente exposta por Argelina Figueiredo. Jorge Ferreira, porém, deu continuidade, transportando-a do ambiente da ciência política para a história.

direitas. Se ambas concordavam sobre a necessidade de mudanças na estrutura fundiária, divergiam sobre as formas de executá-la. As esquerdas defendiam que o pagamento pelas terras desapropriadas para fins de reforma agrária fosse feito por meio de títulos da dívida pública. Para isso, seria necessário derrubar o artigo 141 da Constituição, que previa o pagamento em dinheiro, e os conservadores, que o redigiram e aprovaram na constituinte de 1946, obviamente, não aceitavam a alteração do artigo. Assumindo a tese de Figueiredo, Ferreira aponta que os vários projetos apresentados, seja pelo PTB ou PSD, foram rejeitados nas comissões parlamentares pelo clima de intransigência e radicalização que prevaleceram durante os debates. Em algum momento, parecia ficar claro que a estratégia assumida pela “ala radical do PTB” era de manter o impasse, com o intuito de “[...] desgastar o Congresso, apresentando-o ao público como um ‘antro de reacionários’” (Ferreira, 2017, p. 369).

As iniciativas do presidente em realizar as reformas eram quase sempre barradas pela dinâmica da luta política imposta pelas elites de esquerda e de direita, que se recusavam a negociar acordos suficientes para fazer avançar essas pautas no Parlamento. Com o executivo sequestrado por esse impasse promovido pelas elites políticas, não restou ao presidente muita margem para manobra.

Goulart chegara ao final de um ciclo. A sua estratégia de conciliação entre as diversas forças políticas fracassara. Mas o malogro resultou não de sua incapacidade de negociar, atividade que ele dominava com maestria, mas sim da recusa entre as partes a pactuarem acordos. O clima era de radicalização. Assim, tanto os conservadores quanto as esquerdas escolheram como estratégia o confronto (Ferreira, 2017, p. 375-376).

Recusando-se a conciliar e negociar com seu antagonista, as esquerdas afastavam-se do jogo democrático, isolavam o presidente e fragilizavam o seu governo; e ameaçando os limites constitucionais com a radicalização de sua prática política, assustavam as direitas e os grupos sociais mais moderados. Assim, o “[...] radicalismo de esquerda retroalimenta[va] o radicalismo de direita e vice-versa, num círculo vicioso” e perigoso (Ferreira; Gomes, 2014, p. 235). A defesa de medidas autoritárias, como o fechamento do Congresso para realização das reformas “na lei ou na marra”, tal qual brandidas por lideranças, como o deputado Leonel Brizola, parecia igualar as esquerdas às direitas. “Nem as esquerdas nem os grupos de direita queriam efetivamente negociar. Todos apostavam no confronto, o que evidencia o pouco ou nenhum apreço pela democracia, cujo valor era alardeado, mas não praticado” (Ferreira; Gomes, 2014, p. 388-389).

Se a situação socioeconômica do país já era em si grave, os radicalismos das elites políticas prejudicavam ainda mais os problemas existentes. Sem interesse em negociar medidas parciais, as esquerdas, em especial, pareciam optar pela promoção, manutenção e prolongamento do caos. Nutridas de uma excessiva confiança, saíam da posição defensiva assumida durante a crise de 1961 para adotarem uma posição ofensiva. Acreditando terem acumulado forças suficientes, apostaram tudo no confronto com as direitas. Convencidas da vitória, assumiam que, se as direitas dessem o golpe, a resistência do povo e das forças legalistas do Exército (o tal dispositivo militar da Presidência da República) a derrotaria em seus intuitos golpistas, nem que para tanto fosse necessária uma guerra civil. Desse amplo conflito, talvez abrissem, inclusive, os caminhos para o aceleramento de um processo revolucionário. “Ou seja, de uma posição defensiva e legalista em 1961, as esquerdas adotaram a estratégia ofensiva e de rompimento institucional [em 1964]” (Ferreira, 2017, p. 381). Segundo Ferreira, esse erro de análise se sustentava na cegueira das esquerdas em não se dar conta de que sua força advinha não necessariamente do conteúdo de suas propostas ou intenções programáticas, mas das suas bandeiras, que até ali eram a defesa das reformas e da democracia. Abandonando a segunda para realizar, a todo custo, a primeira, acabaram por desfazer-se daquilo que poderia ter impedido a sanha golpista de setores conservadores da direita.

Correspondentes pela dinâmica política conflituosa que levou à ruptura democrática, no afã de ver seus projetos políticos vitoriosos, as elites à esquerda e à direita fizeram aquilo que, ao fim das contas, fazem de melhor: alienaram a população da luta política e da decisão dos rumos do país. Segundo sustenta Ferreira: “Entre a radicalização da esquerda e da direita, uma parcela ampla da população apenas assistia aos conflitos, silenciosa” (Ferreira, 2017, p. 400). E, por que não dizer, bestializadas².

Sempre bestializados? Uma “história vista de baixo” às avessas

Radicalizadas, imprudentes, sem apego à democracia e promotoras do caos, quem eram exatamente essas “elites de esquerda” das quais tratam Figueiredo e Ferreira? O Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as outras organizações marxistas existentes no país, o bloco parlamentar autodenominado Frente Parlamentar Nacionalista, as Ligas Camponesas, o

² Marcelo Badaró inaugurou esse debate ao fazer menção a essa questão em Mattos (2005). A ele, deve-se o primeiro esboço da crítica que desenvolvemos neste artigo.

movimento sindical representado pelo CGT, organizações de subalternos das Forças Armadas e o movimento estudantil liderado pela UNE, embora “heterogêneos e nem sempre unidos”, formavam à época, segundo os autores, uma “coalizão radical pró-reformas” (Ferreira, 2017; Figueiredo, 1993).

O projeto dessas esquerdas era a realização de “[...] um conjunto de medidas que visava alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, permitindo um desenvolvimento econômico autônomo e o estabelecimento de justiça social”. Entre essas reformas, encontravam-se a “[...] bancária, fiscal, urbana, tributária, administrativa, agrária e universitária, além da extensão de voto aos analfabetos e oficiais não graduados das Forças Armadas e a legalização do PCB” (Ferreira, 2017, p. 351-352). Elas não eram em si radicais, poderiam ter sido realizadas dentro dos limites da legalidade burguesa, mas a forma como as esquerdas buscaram viabilizá-las acabou por assumir uma retórica violenta que tensionava por ações ilegais (“reforma agrária na lei ou na marra”), esgarçando, assim, o tecido social e a confiança nas instituições democráticas da época.

Mesmo que identificados e nomeados pelos autores, uma questão parece obscura na análise dessa historiografia: quem essas esquerdas representavam? Será que apenas a si próprias e aos seus projetos de poder? Se assim tiver sido, como grupos intelectuais restritos conseguiram influir tanto na luta política e social da época, impondo seus desejos e ações radicais? Apresentando a questão de outra forma: qual era a base social dessa elite política, e como essa base lhe permitiu assumir uma estratégia do confronto tão inconsequente? A não ser que se parta do pressuposto de que a “sociedade” estaria isenta das lutas políticas que são travadas em seu nome, esses deveriam ser questionamentos elementares para uma análise histórica rigorosa. No entanto, como estamos diante de uma história das elites, esses vínculos orgânicos entre representantes e representados (ou entre intelectuais e classe) nunca são devidamente estabelecidos e discutidos por Ferreira. Isso não é por acaso; fazê-lo levaria o autor a desfazer-se de seu arcabouço teórico-metodológico.

Como elites políticas, as chamadas “esquerdas”, de que trata Ferreira, eram representações. Ora, como toda representação política, sua “eficiência real”, capacidade de atuação, estava determinada pela relação orgânica que mantinha com seus representados. Desencontros nessa relação significavam a perda de poder político para intervenção na realidade. Um prejuízo considerável, visto que o sucesso de qualquer projeto político é

determinado pela sua capacidade de mobilizar forças sociais. Trabalhos como o do cientista político René Dreifuss (2006) abordam essa questão.

Se, devido ao foco de sua investigação, está centrado exclusivamente na ação de uma série de instituições e organizações de classe que pretendiam representar os grupos dirigentes, pode-se concordar que Dreifuss faz, em alguma medida, um tipo de história das elites; sua análise é substancialmente mais rica do que qualquer coisa que se pode encontrar nos trabalhos de Figueiredo e Ferreira.

O sucesso de sua pesquisa não reside apenas no substancial trabalho empírico, mas no instrumental teórico que manipula em benefício de sua análise. Manejando um universo conceitual muito mais rigoroso, Dreifuss demonstra os vínculos orgânicos das elites de direita que promoveram o golpe com o conjunto da classe dominante nacional e o bloco multinacional associado que assumiu sua liderança. Por sua vez, na narrativa histórica de Ferreira, as chamadas elites de esquerda até parecem ser compreendidas como representantes da classe trabalhadora; essa relação fica, porém, muito mal demonstrada. Se, em Dreifuss, a ação – dita conspiratória – das elites dirigentes (ou de direita) é explicada pelos seus vínculos orgânicos de classe – sendo que estes vínculos são sempre demonstrados por um robusto contingente de dados empíricos, e não por uma vontade teórica apriorística –, no teatro histórico construído por Ferreira, as irresponsáveis ações radicais assumidas pela esquerda e a resposta golpista da direita se explicam por si mesmas e, assim, a luta de classes se dissolve em luta entre elites políticas. A classe dominante fica ausente e aparece apenas na reta final, depois que as esquerdas se radicalizam com os imprudentes discursos “antidemocráticos” do Comício da Central do Brasil³, enquanto a maioria da população apenas assiste aos conflitos, silenciosa e bestializada.

Entre os vários problemas oriundos da fragilidade teórica da análise de Ferreira, a falta de uma rigorosa reflexão sobre a relação representante-representado – elite-povo, intelectual-classe, como se queira – prejudica a compreensão sobre o papel e as atitudes tomadas historicamente por essa elite política. A óbvia pergunta de por que a esquerda se radicalizou naquele momento histórico, assumindo uma inconsequente estratégia de confronto, só pode encontrar uma resposta analiticamente muito frágil, a saber, o seu suposto desprezo pelos ritos

³ “O anúncio do comício mobilizou o movimento sindical e as esquerdas, mas acirrou os ânimos da direita. Uma classe social poderosa mobilizou-se contra as reformas de Goulart: os capitalistas. Com um manifesto de alerta à Nação, fundaram o Comando Nacional das Classes Produtoras” (Ferreira, 2017, p. 382).

da vida democrática. E esse desprezo também não possui uma historicidade material concreta, é antes de tudo uma derivação idealista, pois reside no dogmatismo e sectarismo herdado pela tradição ideológica ou preceitos estratégicos de uma esquerda maximalista. O que esse tipo de análise custa a perceber é que todas as ideias, sonhos, utopias, ou mesmo devaneios, que norteiam uma prática política, seja ela qual for, são produtos de uma práxis social concreta, historicamente constituída pelos conflitos que perpassam e condicionam os seus formuladores. Se as elites à esquerda e à direita do pré-64 radicalizaram-se, é porque o cenário histórico em que atuavam as condicionou a se manifestarem com tais feições. Tais elites expressavam, em alguma medida, uma radicalização social abrangente, e não possuíam controle absoluto sobre as condições do campo em que travavam o conflito.

Pelo contrário, a vasta literatura especializada já disponível demonstra que muitas vezes essas elites foram levadas pelos acontecimentos, mobilizadas para assumirem posições condizentes não apenas com seus interesses táticos gerais, mas também com os anseios imediatos dos grupos sociais que pretendiam representar. Por economia de espaço, avaliemos apenas um caso em específico dentro das chamadas “esquerdas radicais”, o do PCB.

Parte considerável da historiografia reconhece uma ambiguidade na atuação do partido durante o governo Jango. Baseando-se na documentação que estava consultando em sua pesquisa de doutoramento, Daniel Aarão Reis Filho, ainda nos anos 1980, já se manifestava sobre essa dualidade. Assumindo-se surpreendido com a agressividade discursiva adotada pelo partido em seus jornais, pois isso chocava-se com a imagem consagrada na memória social sobre a sua prática política reformista e apaziguadora, o historiador especulava que tais posturas talvez tivessem sido abraçadas pelo partido “[...] para não perder quadros e bases para organizações rivais” (Reis Filho apud Garcia, 1986, p. 54). Muito presente na imprensa partidária, a retórica violenta e a posição de enfrentamento acabavam tendo implicações na linha política pacifista. “Era como se o partido tivesse uma linha oficial conciliadora, mas, diante do movimento social em radicalização, tivesse de assumir, pelo menos em parte, essa radicalização, senão perderia bases e influência política” (Reis Filho apud Garcia, 1986, p. 54). Estudando a relação entre o PCB e o movimento sindical, Marco Aurélio Santana apresentava concordância com essa impressão inicial: “É perceptível na atuação comunista, nesse momento, a tensão entre a posição mais *reformista* e aquela mais *radical*. Uma acreditando na continuidade da articulação com Jango; a outra, acreditando na radicalização dos movimentos dos trabalhadores” (Santana, 2001, p. 99, grifos do autor).

A explicação para essa contradição residia na complexa relação de mediação entre as diretrizes gerais idealizadas pelas cúpulas dirigentes e as condições concretas de luta encontradas pela militância sindical, que tinha que estabelecer nexos entre a linha do partido e os anseios imediatos da base social que buscava representar. Dessa conexão, dependia a eficiência política de um partido interessado em influir nas lutas nacionais. Como uma organização que se pretendia representante dos trabalhadores, a ocupação em espaços do movimento sindical sempre foi fundamental para a vida política do PCB, principalmente nos vários momentos em sua história em que, proscrito, esteve banido da política parlamentar. Como aponta Santana (2001, p. 21, grifos do autor), os destinos de sua prática no meio sindical sempre estiveram atrelados “[...] aos desígnios de inserção no mundo da *grande política*”.

Quando teve sua inserção e força aumentadas no controle de espaços no interior da estrutura sindical corporativa, o partido viu sua posição reforçada como peça importante no debate acerca dos destinos da sociedade brasileira. Em contrapartida, no momento em que viu sua influência diminuir nos órgãos representativos dos trabalhadores, o partido perdia sua possibilidade de intervenção e, consequentemente, seu peso nas disputas políticas (Santana, 2001, p. 22).

O partido quase sempre buscava priorizar sua lógica de ação geral, condizente com seus preceitos programáticos e táticos dele derivados, “[...] em detrimento das demandas imediatas emanadas da classe que buscava representar”. Essa situação, por sua vez, nunca deixou de apresentar consideráveis tensões “entre a direção partidária e a base sindical responsável pela aplicação das propostas gerais do partido, bem como, em muitos casos, com a dinâmica imposta pela classe” (Santana, 2001, p. 28). Como demonstra Santana, se o PCB – assim como o PTB e todas as organizações políticas – buscava instrumentalizar o movimento dos trabalhadores no sentido dos seus interesses partidários, ele, porém, nunca “logrou fazer isso da forma que queria” (Santana, 2001, p. 28).

Este processo sofreu injunções, desvios e alterações oriundos seja da resistência interna, seja das pressões externas experimentadas pela organização. A implantação das linhas políticas definidas pelo partido não se deu, portanto, de forma lisa e direta; antes, se realizou de forma negociada e perpassada por uma série de condicionantes tais como: o cenário político geral e o quadro de alianças e competição travadas pelo partido dentro e fora do meio sindical, bem como as resistências estabelecidas pelos trabalhadores e/ou pela própria militância comunista, que chegou a gerar, na prática, a existência do que se chamou *dois PCs* (Santana, 2001, p. 21, grifos do autor).

As condições concretas da luta e o ascenso do movimento popular não só compeliram muitos militantes do PCB a ignorarem a linha oficial e agirem à sua revelia, como fizeram o próprio partido rever suas orientações táticas. Interessadas na relação intelectual entre partido e classe, pesquisas como a de Santana (2001) demonstram que a base social que o PCB buscava representar muitas vezes moveu o partido para ações incompatíveis com as suas orientações oficiais, sendo essa relação do partido com as condições concretas de sua prática militante que, aliás, explica a existência de suas contradições internas. As organizações políticas (ou elites de esquerda) do período não eram homogêneas e estavam crivadas de divergências, atravessadas que eram pelas lutas de classes. Nem sempre as orientações oficiais eram respeitadas pela base, e muitas vezes a ação da base forçava a mudança das próprias diretrizes formuladas pela cúpula dirigente. É o que atesta Santana quando defende que foi “[...] no bojo do ascenso do movimento de massas, e mesmo informado por ele, que o PCB em sua conferência nacional, de dezembro de 1962 [...]” apresentou uma nova Resolução Política, responsável pelo deslocamento do “[...] centro de ação do partido para a conquista de um governo *nacionalista* e *democrático* e para a luta contra o que considerava conciliação do governo Jango. [...] O PCB, em um movimento comum em sua história, incorporava as pressões advindas de seu exterior” (Santana, 2001, p. 118-119, grifos do autor).

Em suma, é a realidade imposta pela dinâmica da luta de classes que importa e não apenas os sonhos e contornos programáticos desenhados pelos documentos das organizações políticas. Como alertava Gramsci, um partido é sempre a expressão de um grupo social, que, não estando isolado, “[...] tem amigos, afins, adversários, inimigos” (Gramsci, 2000, p. 87). Mais uma vez, a história política, se quer-se renovada, tem que aprender com a história social em assumir a perspectiva “de baixo para cima” e não apenas “de cima para baixo”.

Buscando inserir-se novamente no sistema político que o havia expurgado em fins da década de 1940, quando o PCB foi posto na ilegalidade e os mandatos de seus militantes, cassados, “[...] o partido buscou constantemente demonstrar que era confiável e poderia atuar nele sem buscar sua desarticulação”; no entanto, a dinâmica que o conflito social assumiu no período o conduziu para caminhos distintos (Santana, 2001, p. 28).

Ao mesmo tempo em que, na maior parte do período, tenta seguir uma lógica política moderada e cautelosa, o PCB procura dar conta de uma realidade bastante dinâmica e que o empurra para posturas nem sempre consentâneas com suas formulações. Essa será a marca e a contradição da inserção do partido no período. Se buscava ser confiável e aceitável ao sistema político,

tentando evitar greves, mobilizações, etc., o partido teve de aceitar e incorporar as práticas vindas de sua militância e da própria classe trabalhadora, que pareciam pouco afeitas às lógicas de ação afastadas de sua realidade (Santana, 2001, p. 29-30).

Vários estudos sobre a atuação política dos trabalhadores também salientam que a disputa dentro do movimento contra outras correntes sindicais, ou mesmo certas alianças que eventualmente foram construídas em alguns momentos, induziram o PCB “[...] a imprimir uma retórica cada vez mais agressiva” (Negro; Silva, 2011, p. 58). O uso de uma linguagem contundente para defender certas posições era um recurso importante para alcançar novos espaços ou para a manutenção dos já conquistados. A tentativa de “apertar os cintos” e evitar as greves nem sempre surtia o efeito esperado. Muitos movimentos paredistas ocorreram para além dos interesses táticos e, às vezes, contra as posições dos comunistas e trabalhistas que atuavam no meio sindical. Indispôr-se com grevistas que enfrentavam patrões e o Estado era uma questão delicada para um partido que se pretendia representante desses trabalhadores em luta e, por isso, opor-se a certas ações ditas “radicais” seria um erro tático (ou mesmo ato de desinteligência política) que nenhuma organização tinha, obviamente, interesse em cometer. Com a greve em marcha, cabia aos militantes sindicais dos partidos apoiarem-na, buscando influir em sua direção. Pois, como sustenta Santana: “O PCB, incorporando a ‘radicalização’ do movimento de massas, conseguia ter espaços também para o combate dessas posições” (Santana, 2001, p. 134).

Um dos muitos depoimentos da época atesta a autonomia do movimento sindical e aponta para aspectos importantes dessa complexa relação entre liderança e base. Dante Pelacani, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) e um dos articuladores da greve geral de 5 de julho de 1962, respondeu a um dos emissários de Jango, que tentou, sem êxito, impedir o movimento: “Nós estamos ao lado do Presidente João Goulart, mas não sob o seu comando. Se não fizermos a greve, ficaremos desmoralizados” (Santana, 2001, p. 115). O líder sindical sabia que interromper uma mobilização em curso significaria, certamente, desmoralizar-se frente aos seus adversários no movimento sindical, rifando parte de seu capital político e confiança perante os trabalhadores.

As lideranças e organizações políticas que apostavam o futuro e a eficácia de seus projetos na organização da classe trabalhadora tinham que ceder em suas pretensões e interesses imediatos. Na tentativa de capitanejar os movimentos de mudança na sociedade brasileira, o PCB incorporou a “radicalização” dos movimentos sociais que não controlava. Não que tivesse

ido a reboque deles, mas a relação entre representantes e representados nunca é uma via de mão única e, portanto, também não pode ser vista apenas “de cima para baixo”, como indica a perspectiva “cupulista”. As lideranças sindicais comunistas e trabalhistas buscavam unir as lutas imediatas àquelas por transformações mais gerais, e mesmo que nem sempre isso fosse feito com harmonia, já que às vezes a ênfase recaía mais sobre as últimas do que sobre as primeiras, ignorar o caráter específico e as demandas emergenciais das entidades populares significaria, porém, um considerável equívoco político. O descompasso com a dinâmica social concreta levaria qualquer organização política ao fracasso. E, por isso, muitas das ditas greves “políticas” – ou seja, aquelas motivadas por objetivos gerais, como o movimento paredista de julho de 1962 em favor da formação de um gabinete nacionalista e democrático, e a de setembro do mesmo ano em favor da antecipação do plebiscito, que contribuiu decisivamente para a volta do regime presidencialista – nunca deixavam de incorporar pautas econômicas dos trabalhadores, como aumentos salariais e ampliação de direitos trabalhistas. Assim, Santana também questiona a “noção de cupulismo”, que se “[...] tomada de forma generalizadora e não qualificada pode atrapalhar na compreensão das complexas relações estabelecidas pelos militantes comunistas e as bases operárias, e na prática desse setor na liderança dos órgãos sindicais” (Santana, 2001, p. 136). Como sustenta a literatura especializada, a história do movimento operário nesse período não é a história de uma classe submetida às suas representações.

O operariado não se deixou reduzir à subserviência e ao apadrinhamento, uma vez que a classe trabalhadora nem sempre se acha do lado dos dirigentes que dizem representá-la ou dos governantes que lhes juram amizade. Ao fazerem suas escolhas segundo sua experiência de classe, demonstraram sua independência, atuando como uma classe distante dos patrões e ciente de sua identidade e desejo (Negro; Silva, 2011, p. 91).

No entanto, na história das elites escrita por Ferreira, os trabalhadores não são protagonistas. Quando seus órgãos de classe se apresentam como tais, intervindo decisivamente na realidade, são logo incluídos nas elites políticas, ou mesmo submetidos a elas. Não é difícil encontrar na narrativa de Ferreira a imagem do movimento sindical como mera agência de divulgação e propaganda partidária ou correia de transmissão dos interesses das elites políticas de esquerda. A liderança sindical substitui a classe trabalhadora no conflito político e, sendo esses grupos dirigentes quase sempre militantes do PTB e PCB, essa liderança sindical é facilmente enquadrada na elite da esquerda radical. A atual bibliografia sobre a história do

trabalho, no entanto, questiona seriamente essa perspectiva histórica elitista. Há muito, vem demonstrando que os trabalhadores eram mobilizados, mas também se mobilizavam por conta própria, em algumas circunstâncias, contra a orientação de seus parceiros e lideranças.

Nascido “[...] de um esforço de militantes e operários no sentido de dar continuidade a iniciativas de criação de centrais sindicais, oficialmente proibidas, capazes de aglutinar parcelas de trabalhadores em âmbito nacional”, o CGT representou mais um importante passo organizativo do movimento sindical (Negro; Silva, 2011, p. 72). Buscando uma maior unidade nacional que incorporasse os interesses econômicos imediatos de todos os operários de valorizar sua força de trabalho perante o capital, e os interesses políticos gerais de ampliação dos direitos democráticos e reformas estruturais que representariam “[...] a melhoria duradoura das condições de vida dos trabalhadores urbanos e rurais”, esta intersindical engajou-se, desde sua fundação, nas campanhas em favor das reformas de base “[...] que marcaram de maneira indelével o governo João Goulart” (Negro; Silva, 2011, p. 73).

Se a “[...] criação de um organismo que coordenasse no âmbito nacional as mobilizações dos trabalhadores estava desde o início do período nos planos [dos comunistas], e havia sido tentada sempre que possível”, foi somente a partir do ascenso do movimento operário que sua estrutura pôde tomar corpo e ganhar vida real concreta (Santana, 2001, p. 116-117). Sendo assim, o CGT não pode ser visto como obra das elites políticas (formada pela aliança PTB-PCB, que hegemonizava o movimento sindical à época) que contribuíram para sua construção e assumiram a sua direção; o órgão sindical foi, antes de tudo, produto da agência e capacidade organizativa dos próprios trabalhadores. Como ratifica a literatura especializada: “Se o CGT foi, em grande medida, responsável pelo dinamismo do movimento sindical entre 1961 e abril de 1964, foi também fruto da dinâmica das lutas e organizações que os próprios trabalhadores desenvolveram nos anos precedentes” (Negro; Silva, 2011, p. 73).

Assim como as Ligas Camponesas eram produtos da experiência de organização dos próprios camponeses, estão nas experiências históricas concretas e tradição de luta dos operários – que haviam promovido a “Greve dos 400 mil” de outubro de 1957, as lutas pelo abono de Natal entre 1959 e 1962 – a explicação para o surgimento de algo como o CGT e o peso político que esse organismo conseguiu lograr no período. E, como já haviam demonstrado nesses episódios de mobilização, anteriores à década de 1960, “[...] a cultura da astúcia e autodefesa dos operários os mantinha autônomos o suficiente para deixá-los indiferentes – ou

para exporem sua própria vontade – diante de pretensos senhores e representantes” (Negro; Silva, 2011, p. 73).

Seguindo seu curso, a classe trabalhadora dispunha de condições para se pôr em movimento a partir de suas próprias forças, a partir da fábrica, numa relação direta com seus senhores, não sendo apenas objeto de processos vindos “do alto” ou “de fora”. Selecionando delegados e lideranças, acompanhando as negociações, discutindo seus que tais nas rodinhas, os operários davam vida a uma classe em luta (Negro; Silva, 2011, p. 82).

A autonomia da classe se apresentou em vários episódios desse período, como a recusa ao projeto de estado de sítio proposto pelos assessores militares de Goulart e a oposição que resultou no fracasso do Plano Trienal. Na narrativa de Ferreira, porém, nada disso aparece como expressões genuínas da vontade e atuação política dos trabalhadores organizados, mas injunções das elites de esquerda. “O CGT, inicialmente sem uma definição clara, logo aderiu aos argumentos de Prestes e Brizola, manifestando contrariedades, sobretudo no tocante às restrições aos reajustes salariais” (Ferreira, 2017, p. 364-365). Como visto, foi a opinião manifestada por lideranças de esquerda ilustres que orientou o movimento sindical a centrar fogo no plano econômico do governo federal.

Na narrativa assumida por Ferreira, o protagonismo da classe é constantemente negado. Ao abordar a escassa resistência ao golpe, em marcha desde 30 de março, afirma que: “A greve geral deflagrada pelo CGT não obteve repercussão. A sociedade estava cansada” (Ferreira, 2017, p. 395). A greve, obviamente, não conseguiu evitar o golpe e, assim, fracassou em parte importante de seu intento. Apesar de sua desarticulação, ela, no entanto, ocorreu, “[...] paralisou setores esparsos, cobrindo o Rio de Janeiro e Santos de forma geral, e setores ferroviários de diversos estados espalhados pelo país” (Santana, 2001, p. 137). Como apontou Batistinha, uma das lideranças operárias da época, os trabalhadores haviam agido de acordo com o que lhes era esperado: haviam parado parte do Brasil e aguardado a resistência militar. Baseado em sua experiência particular de luta, seu papel era promover a greve e, com ela, um fato político que impusesse novas condições para a luta; não cabia ao operário “[...] que nunca pegou em arma, pregar. [...] Não havia trabalho de resistência armada dos trabalhadores. Havia a ilusão de que as Forças Armadas iriam funcionar democraticamente e impedir o golpe” (Mattos, 2005, p. 10).

Assim, a explicação de que a “sociedade”, cansada das lutas que eram travadas em seu nome – mas da qual não participava, a não ser como mera expectadora –, apenas assistiu a todo o desenrolar dos acontecimentos “silenciosa” é somente mais uma

forma de ratificar a perspectiva que tende a negar o protagonismo das classes sociais (especialmente dos trabalhadores) na história.

Ao apontar as elites de esquerda e de direita como as impulsionadoras da radicalização política, e as primeiras, especialmente, como as responsáveis pelo caos social, ou Ferreira superestima o controle das esquerdas sobre os trabalhadores postos em franca mobilização ou despreza a capacidade criativa e força organizacional da classe em fazer-se protagonista de sua própria história. Assim, em sua narrativa, a classe trabalhadora continua silenciada. Se isso não é necessariamente uma novidade na historiografia, o irônico do caso específico objeto deste artigo é que estamos diante de um autor que costumeiramente se apresenta em oposição a uma tradição responsável por reduzir a história a uma “conspiração dos ricos”.

Severo crítico do conceito de populismo, por recusar-se a atribuir aos trabalhadores uma posição política passiva, desorientada que era pela demagogia e manipulação política das elites, em um simplório processo de alienação, Ferreira, em muitos desses trabalhos, questionou a forma como alguns autores abordaram “as relações entre as ‘massas’ e os líderes ‘populistas’”. Nesses estudos, uma tensa, ambígua e rica relação que ora envolvia interlocução, ora manipulação, era reduzida a imagens caricatas (Ferreira, 2001, p. 79). No entanto, seu projeto de reconhecer o protagonismo dos trabalhadores no período dito populista parece esmaecer diante das ações que contribuíram para os conflitos que redundaram no golpe de Estado em 1964. Criticando a ideia de uma história reduzida à “conspiração dos ricos”, Ferreira faz, ele mesmo, uma redução da história como a simples “luta entre as elites”. E, assim, as suas alegadas pretensões de uma “história vista de baixo” sofrem um giro de 360 graus e retornam ao lugar de origem objeto de crítica. A classe continua alienada, assistindo, bestializada, aos conflitos sociais e eventos históricos, mas não mais pelo populismo, e sim pela radicalização das esquerdas.

Críticos já apontaram que análises como a de Ferreira parecem manifestar algum nível de acordo com a tese do golpismo de esquerda, ratificando as versões difundidas pelos apologetas do golpe, contribuindo para legitimar as suas ações ou, na melhor das hipóteses, atenuar as suas responsabilidades (Toledo, 2004a). Nesse sentido, não é estranho que, ao evitar atribuir protagonismo aos trabalhadores organizados, reconhecendo que estes faziam greve e agiam por conta própria, e que nem sempre as elites políticas que os pretendiam representar possuíam controle sobre eles, Ferreira aproxime-se da visão dominante do discurso patronal. Se, em sua narrativa, as greves, movimentos paredistas, discursos radicais em favor das

reformas, fracassos das negociações e dificuldade em acordos, o que promovia confusões e caos político e social, são quase sempre atribuídas às “esquerdas”, não se pode negar aí semelhança com a corrente alegação patronal de que os laboriosos, humildes e cordatos trabalhadores brasileiros faziam greve por serem mobilizados pela maquiavélica infiltração comunista.

Sabe-se o quanto recorrente é, até hoje, o interesse discursivo das classes dominantes em responsabilizar as esquerdas, o comunismo ou lideranças sindicais por todos os problemas de instabilidade política que porventura o país atravesse. No decorrer da história, não faltaram as intervenções do Estado em sindicatos sob alegação de que estes estavam sob influência de movimentos políticos ou sociais exógenos. A divisão conceitual entre a greve política e econômica ganha constantemente no discurso da classe dominante argumentos para sua deslegitimização. Em sua lógica, os verdadeiros interesses dos trabalhadores (as pautas para melhoria econômica) eram manipulados pelos interesses políticos das esquerdas radicais infiltradas em seu meio. Ao eclodir uma greve, os patrões quase sempre questionavam sua legitimidade, “[...] argumentando que seus funcionários eram leais, laboriosos e apolíticos. Não havia problemas para quem trabalhava, eram as minorias radicais que empurravam a luta” (Negro; Silva, 2011, p. 88). Assim, em entrevista televisionada, o deputado Camilo Ashcar justificava o cerceamento dos movimentos paredistas da época pelo fato de estes serem estimulados “[...] por alguns homens, que não [tinham] formação democrática necessária aos líderes autênticos”. Por isso, sua conclusão era a de que a central única dos trabalhadores proposta pelos comunistas “[...] serviria para ‘manter a população em pânico’, atemorizando-a com greves gerais” (Negro; Silva, 2011, p. 86).

Difícil não encontrar profundas semelhanças entre o discurso patronal e a argumentação de Ferreira de que a radicalização promovida pela esquerda amedrontou a direita. A tradicional história política quase sempre reproduz a perspectiva das elites, e este caso em específico não foge à regra. Denunciadas pelos conservadores e liberais como correias de transmissão dos interesses continuistas de Goulart, foi o protagonismo do CGT que fez com que as forças golpistas acusassem Jango de estar interessado em instrumentalizar o movimento operário organizado para fundar uma “República sindicalista”. Os golpistas responsabilizaram as más intenções, demagogia ou incompetência do presidente da República por todos os incidentes promovidos pelos trabalhadores e o caos político que precipitou o golpe. Ferreira, para absolver Goulart, busca responsabilizar a esquerda. Seja qual for, ainda estamos no terreno do discurso patronal do inimigo externo, manipulador, influindo sobre os trabalhadores.

Para corresponsabilizar a esquerda pelo golpe, Ferreira tem de secundarizar a ação política dos grupos subalternizados. No entanto, a literatura especializada demonstra que grandes mobilizações de massa que surgem “de baixo para cima” nem sempre podem ser evitadas. Não se submetem às intenções, estratégias e capacidade das elites políticas. Elas apenas tomam decisões, no calor do momento, sem poder controlar os seus efeitos futuros e todas as suas possibilidades. Isso vai de encontro direto ao entendimento daqueles que imaginam a luta política como sendo obra, e assim sendo, controlada e dirigida pelas elites. Negando o protagonismo do crescente movimento popular que, à época, mobilizava-se por conta própria para o confronto, às vezes à revelia da vontade das elites, forçando-as a fazerem difíceis escolhas nessas condições de conflito, a imagem construída por Ferreira de elites radicalizando-se por si mesmas, assumindo uma inconsequente estratégia do confronto e levando consigo as massas de trabalhadores, ou alienando-as do processo, por serem estas, ordeiras massas democráticas, assume, na prática, uma visão histórica elitista que se aproxima da perspectiva conspiratória bastante ingênuas, tipo aquela que atribui as greves à ação de agitadores, agentes externos ao mundo do trabalho e, assim, subestimam o vigor e auto-organização dos trabalhadores.

Uma leitura mais apurada encontrará, em muitos momentos, parte dessas elites agindo com prudência, assumindo uma estratégia do apaziguamento e da negociação, sendo, porém, demovidos dessa posição devido ao risco que ela apontava para a execução de seus objetivos políticos. Como visto, os comunistas nem sempre fomentavam as greves, pelo contrário, eram constantemente constrangidos a aceitá-las. Dependentes do capital político advindo de sua capacidade de representação, em muitos casos, em vez de insistir em uma linha de apaziguamento, o cálculo preponderante foi o de aceitação do confronto, mesmo que partindo para uma luta definitiva onde a vitória não estava previamente assegurada. Olhando em retrospectiva, os historiadores, por já reconhecerem o resultado final do conflito, podem até sentir mais à vontade para avaliar melhor os riscos envolvidos e os erros cometidos. No entanto, aqueles que, instalados no passado, fizeram a história, tiveram que tomar decisões em uma conjuntura e condições historicamente bem precisas, que eles nem sempre escolheram.

Casos notórios foram os motins dos subalternos das Forças Armadas. Primeiro, os sargentos, que, em 1963, depois da decisão do Supremo Tribunal Federal ratificando suas condições de inelegibilidade, promoveram uma insurreição armada em Brasília. Depois, o episódio ainda mais dramático provocado pelos marinheiros no fim de março de 1964. A defesa

que as esquerdas fizeram dos sargentos detidos pelas forças militares e apoio à anistia dos marujos e oficiais parecia ignorar o perigo que esses motins representavam para as instituições democráticas. Para a narrativa de Ferreira, sem se dar conta da gravidade da crise, o imprudente apoio e incentivo à insurreição dado por parte considerável das esquerdas fragilizou ainda mais o governo federal e contribuiu para unir as cúpulas das Forças Armadas por ameaçarem aquilo do qual eram mais ciosas, a hierarquia militar.

Além de preocupar-se única e exclusivamente com a agência das elites, quase que desprezando a relevância e o impacto da ação dos grupos subalternizados para as próprias decisões políticas delas, o que a análise do historiador não é capaz de explicar é por que essas elites de esquerda encamparam os motins, que elas, diga-se de passagem, não provocaram. E por que o apoio aos insurretos ganhou mais adeptos entre as elites de esquerda do que aqueles pedidos de cautela, que também se fizeram ouvir, mas apenas em alguns “setores minoritários” (Negro; Silva, 2011). Em suma, já sabemos que as esquerdas eram radicais, segundo Ferreira, por serem antidemocráticas, mas se o povo, assistindo a tudo bestializado, era democrático, por que certos discursos e práticas políticas mais radicais apresentados pelas elites ganhavam maior audiência naquela conjuntura do que as orientações mais equilibradas ou conciliadoras, que Ferreira admite também terem sido assumidas?

Não custa lembrar que o CGT representava os trabalhadores urbanos que faziam parte do movimento sindical, mas não era na época a única intersindical do Brasil. “Congregava as mais combativas organizações ‘paralelas’ e controlava três das seis confederações nacionais existentes”, que, juntas, englobavam “cerca de 70% dos sindicatos existentes”. Mas pelo menos outras duas confederações “[...] se opunham ativamente ao CGT: a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTT)”. A primeira possuía ligações com o Movimento Sindical Democrático (MSD), “[...] um movimento apoiado pela anticomunista Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT), que tentou, sem êxito, criar uma organização central de trabalhadores” alternativa (Figueiredo, 1993, p. 95); e a segunda com a União Sindical dos Trabalhadores (UST). Se o CGT era fruto da experiência de luta dos operários e da aliança nacional-reformista, a UST, também surgida em 1962, era contra a “politização dos temas trabalhistas”, e por causa disso foi prestigiada pelo assessor de Jango, Crockatt de Sá, em uma estratégia do presidente para “se defender melhor das pressões do CGT” (Negro; Silva, 2011,

p. 72)⁴. Apesar disso, a força política real para intervir nos acontecimentos demonstrada pela MSD e UST não se compara àquela alcançada pelo CGT, tanto que as primeiras parecem praticamente inexistir na narrativa histórica construída por Ferreira, enquanto a última é uma das mais destacadas protagonistas das lutas sociais daquele período.

As Ligas Camponesas, por suas vezes, representavam o trabalhador rural. Historicamente submetido a um brutal processo de expropriação e superexploração, o “homem do campo” possui uma rica trajetória de organização, que nem sempre foi reconhecida pela historiografia. Mesmo em uma situação em que a sindicalização dos trabalhadores rurais era proibida, estes nunca deixaram de institucionalizar uma prática de cooperação, nem que tenha sido através da criação de sociedades benfeitoras. Diante desse cenário, o campo, identificado como um importante espaço de lutas sociais, foi objeto de atenção de variados grupos de interesse político. Dos comunistas aos católicos – que, movidos pelo receio da Igreja de deixar de ser a referência espiritual da população rural, como avaliavam ter acontecido com a força operária industrial nos grandes centros capitalistas do século XIX, mantinham presença marcante no campo –, esse era um lugar disputado por um conjunto variado e contraditório de forças políticas. Como apontam Grynszpan e Dezemone, sobretudo dos anos 1950, muitas forças reformistas redobraram sua atenção para com o campo. Buscando impedir que as suas condições desumanas favorecessem ações de agitação, defendiam a promoção de um conjunto de medidas que ansiavam a melhoria da vida dos trabalhadores rurais, “[...] de modo a evitar que ocorresse no Brasil uma revolução” (Grynszpan; Dezemone, 2007, p. 217). Sabe-se que o temor que alguns grupos conservadores tinham “[...] de que pudesse ocorrer no Brasil uma transformação radical da ordem social, deslanchada a partir do campo” advinha da vigorosa atuação e crescente relevância das Ligas Camponesas (Grynszpan; Dezemone, 2007, p. 217). O que quase nunca é explicado por historiadores como Ferreira é por que as Ligas Camponesas, e a sua defesa de uma reforma agrária radical, tornaram-se a força organizativa predominante, atraindo um considerável apoio dos trabalhadores rurais. Por que até mesmo setores da Igreja Católica e dos comunistas do PCB cederam, em suas resistências, à radicalidade expressa na

⁴ Como afirma Figueiredo: “Para melhorar a sua posição frente aos trabalhadores, Goulart traçou a seguinte estratégia: diminuir sua dependência do CGT, mediante a construção, dentro do movimento sindical, de uma base organizacional alternativa que sustentasse sua política centrista de governo. Com esse objetivo, transferiu o apoio ao governo, na forma de fundos, prestígio e patrocínio, para uma organização sindical recém-criada, a União Sindical dos Trabalhadores (UST), de orientação política mais moderada. Entretanto, o projeto não obteve os resultados imediatos que Goulart tanto necessitava” (Figueiredo, 1993, p. 112).

palavra de ordem da “reforma agrária na lei ou na marra”, assumindo, mesmo que reticentes, sua defesa?

Colocado de outra forma, o que permitiu que o CGT e as Ligas Camponesas fossem, naquele contexto histórico, mais relevantes do que os seus adversários? As diretrizes impostas pelas suas lideranças? E por que essas diretrizes moviam mais forças sociais do que as outras orientações menos radicais do movimento operário e entidades de trabalhadores rurais?

Além de se questionar sobre o crescimento da força política dessas organizações de classe em particular, deve-se pontuar também que os próprios órgãos não eram homogêneos. Como expressões de movimentos sociais plurais, não faltavam disputas internas arbitradas pelas suas estruturas formais. Em muitos momentos na história recente do país, os sindicatos oficiais estiveram sob a liderança de dirigentes alinhados aos interesses do Ministério do Trabalho, assim como entidades estudantis estaduais e a UNE já foram comandadas por forças liberais. Portanto, o que deve ser explicado também é por que os grupos à esquerda (considerados mais combativos) avançaram sobre os dirigentes ministerialistas (rotulados de pelegos), derrotando-os em suas disputas internas⁵. Dito de outra forma, por que os sindicalistas de esquerda conseguiram que sua pressão fosse eficaz, superaram seus adversários mais conservadores, demoveram resistências e viram suas demandas serem atendidas pelo governo?

Se a eficiência real das organizações políticas – no caso, “[...] sua capacidade de contribuir para a criação de um acontecimento e também para impedir que outros acontecimentos se verificassem” (Gramsci, 2000, p. 87-88) – deve ser encontrada na complexa relação que estabelecem com as classes e grupos sociais que representam, o sucesso desses agrupamentos em ganharem eleições para a direção das entidades estudantis e sindicais não se encontra num destino manifesto ou qualidade intrínseca inerente a eles, mas nas suas capacidades em conseguirem expressar os interesses, nem que sejam imediatos e parcialmente, dos grupos sociais que buscam representar. Ou seja, o discurso dito sectário, antidemocrático e radical das esquerdas encontrou algum eco em sua base social. Isso, porém, parece não ser uma questão relevante para a análise de Ferreira.

⁵ Santana aponta dados das eleições pela direção da CNTI à época, em que a chapa das lideranças mais “combativas” derrotou aqueles considerados “pelegos”. Boatos da época apontavam que Jango parecia interessado em apoiar uma chapa em oposição às esquerdas; apesar disso, os setores mais “combativos” saíram vitoriosos. O resultado, nem um pouco folgado, no entanto, denotava a força das esquerdas no movimento sindical, mas também a “[...] permanência dos setores conservadores no seio dos industriários” (Santana, 2001, p. 129-130).

Tal situação se evidencia em vários momentos. Para citar apenas um, menciono a explicação que o historiador dá ao fracasso da Frente Progressista de apoio às Reformas. Idealizada por San Tiago Dantas, a nova frente buscava reunir as forças de centro-esquerda (intituladas pelo seu formulador de “esquerda positiva”) para fazer frente ao avanço liberal-conservador, que começava a conspirar a olhos vistos contra o presidente da República e afastar o governo das forças esquerdistas consideradas radicais (caracterizadas de “esquerda negativa”) já organizadas em torno da Frente de Mobilização Popular (FMP). Contribuindo para que Goulart pudesse realizar as reformas – mesmo que parciais – pelas vias institucionais restritas aos preceitos legais da época, a nova Frente propôs um programa mínimo que foi rechaçado pela FMP. Assim, o radicalismo da esquerda punha fim a mais uma tentativa de conciliação para fazer avançar as reformas. Interessado apenas em apontar a responsabilidade da ação “das esquerdas”, Ferreira se recusa a averiguar por que a nova frente não encontrou bases sociais substanciais para fazer valer suas orientações e por que, assim sendo, a correlação de forças da época deu à FMP o protagonismo popular que o governo Jango tentou debelar. Sem analisar a questão, só resta ao historiador o tom de responsabilização, que é, por sua vez, inócuo. Ora, a Frente Progressista foi explicitamente criada para isolar a esquerda dita radical; por que esta haveria de aceitar participar dela? Sua recusa foi, portanto, uma atitude obviamente esperada. O que não é óbvio é o porquê de essa nova frente não ter avançado mesmo sem esse apoio. Por que não conseguiu cindir parte da FMP, atraindo para sua proposta um ou outro grupo até então comprometido com ela? A falta de eficiência política dos agrupamentos conciliadores é explicada pela agência dos radicais, mas o sucesso dos radicais em alcançar seus intentos é tampouco compreendido. Estamos no cenário da pura e simples responsabilização, sem compreensão.

Se os resultados da crise nacional do início da década reverteram-se inicialmente em favor dos setores mais combativos da luta política nacional-reformista, isso significa então que as condições socioeconômicas não só importam, como são chave para a análise histórica, assim como uma percepção mais apurada sobre as tradições culturais de organização e luta dos trabalhadores. Essas estruturas econômicas e socioculturais, no entanto, são praticamente desprezadas por Ferreira, que permanece unicamente interessado nas escolhas e lutas das elites e entre as elites.

Só assim se pode perceber, e repor, o caráter de classe do golpe de Estado de 1964. Diferente do que sustenta Ferreira, o golpe não foi um projeto das direitas “contra o governo

Jango e as esquerdas” (Ferreira; Gomes, 2014, p. 371), resultado de um simples conflito entre elites. O golpe foi, antes de tudo, uma ação de classe; um recurso usado pelo conjunto da classe dominante para controlar os trabalhadores e garantir o seu projeto empresarial. Não à toa, foi instaurada imediatamente após o golpe uma ditadura explícita, que tomou medidas de política econômica aceitando a “[...] associação subordinada-dependente com o capital monopolista internacional [...] para superar o impasse vigente e impulsionar a passagem a uma nova fase de desenvolvimento capitalista” (Calil, 2014, p. 34), enquanto mobilizou a força repressiva do Estado e paraestatal, ainda nos seus primeiros dias, contra os trabalhadores e seus órgãos de classe, buscando neutralizar as resistências à imposição de tais medidas. Com os sindicatos novamente sob intervenção, o CGT foi desarticulado e a prisão recaiu sobre várias de suas lideranças; as Ligas Camponesas foram proscritas e os trabalhadores rurais mais combativos, perseguidos e presos, enquanto a sede da UNE foi queimada.

Reduzindo a história ao conflito entre elites, à esquerda e à direita do campo imaginário da vida política brasileira, Ferreira afasta-se da perspectiva teórica que toma a luta de classes como centro da explicação da trajetória dos seres humanos no tempo. Uma das principais implicações dessa escolha é assumir a radicalização política do período pré-golpe como um processo “de cima para baixo”, promovido pelas elites, e não “de baixo para cima”, como um fenômeno social abrangente atrelado às frustrações das expectativas criadas pelo projeto nacional-desenvolvimentista. Essa ótica, obviamente, não nos obriga a assumir o golpe de Estado como um desdobramento inevitável, mas como algo que se tornou incontornável devido à dinâmica da luta de classes que conduziu as elites políticas a assumirem uma estratégia do confronto.

Impor as profundas transformações econômicas de que necessitava o novo estágio do desenvolvimento capitalista brasileiro significaria promover uma considerável regressão social – a contração da remuneração do trabalho e maior controle sobre a ação política dos trabalhadores. Como aponta Calil, na ótica das classes dominantes, essas medidas tornavam-se muito difíceis (se não inviáveis) de serem aplicadas dentro da ordem política democrática em vigor,

[...] pois a despeito dos limites da democracia então vigente, a reversão do conjunto das conquistas obtidas pelos trabalhadores só seria possível em uma ordem aberta e integralmente repressiva, com plena vigência do terrorismo de Estado contra o conjunto das organizações e movimentos das classes subalternas. Portanto, do ponto de vista das classes dominantes e de sua opção

histórica então consolidada, era imprescindível a deflagração de um golpe de Estado e a imposição de uma Ditadura de Segurança Nacional fundada no terrorismo de Estado (Calil, 2014, p. 25).

Por que o movimento popular organizado em franca ascensão foi derrotado em 1964? É a questão de divergência a qual a historiografia ainda permanece e permanecerá debatendo. Se pode-se argumentar em favor da tese de que o golpe foi vitorioso porque as esquerdas e o movimento popular organizado cometeram o equívoco tático de darem a entender que abandonavam a bandeira da defesa da legalidade devido à absorção da radicalização da luta social, outro erro tático também importante pode ter sido a crença exagerada nas alianças de classe para defesa das instituições, visto a falta de comprometimento da burguesia com a democracia e de atuação do que acreditava-se ser a ala legalista das Forças Armadas que compunha o dispositivo militar da Presidência da República. A falta de uma resistência eficaz pode ser explicada por vários motivos. Difícil, no entanto, concordar com a imagem de uma sociedade silenciada que não reagiu devido ao cansaço promovido pelos conflitos realizados em seu nome pelas suas representações políticas à esquerda e à direita.

Este artigo escolheu priorizar o ativismo político dos grupos sociais que foram derrotados em 1964; no entanto, é amplamente conhecido o apoio que foi oferecido por outros setores sociais aos golpistas. As Marchas da Família com Deus e pela Liberdade são um dos exemplos públicos mais notórios dessa manifestação em seu favor, mas não foram os únicos. É por retirar o protagonismo das classes que a imagem da sociedade assistindo, silenciosa, ao desenrolar dos acontecimentos pode ser apresentada pelo historiador. Mas, a sociedade, definitivamente, não assistiu silenciosa e bestializada ao golpe. Ela mobilizou-se à esquerda e à direita a todo instante e novo episódio. Parte dela golpeou e outra foi golpeada. Identificar quais grupos sociais assumiram cada lado na contenda e por quais motivos, e em defesa de quais interesses se mobilizaram para a luta, permanece sendo o trabalho dos analistas que não aceitam reduzir a história aos conflitos entre elites, tal qual o projeto da história política tradicional sempre o fez.

Eles, que radicais, desprezavam a democracia

Uma última questão merece a devida consideração. Como genuíno representante da história política tradicional, essa análise elitista assumida por Ferreira apresenta um evidente desprezo para com o dissenso ético-político das “esquerdas” e dos grupos sociais dominados.

Como sustentou Figueiredo, mais interessados nas reformas do que na manutenção da democracia, para obter as primeiras, “[...] os grupos esquerdistas [...] propunham e estavam dispostos a apoiar soluções não democráticas. Aceitavam o jogo democrático somente enquanto fosse compatível com a reforma radical” (Figueiredo, 1993, p. 202). A imagem de uma elite de esquerda sectária, intolerante e antidemocrática, devido à sua opção pela radicalização, é amplamente exposta pelos trabalhos desses autores.

Mas, que democracia era essa que as esquerdas desprezavam? A democracia em si, como valor universal, ou um tipo específico de democracia? Uma outra perspectiva histórica que não fosse a das elites perceberia que a defesa intransigente das reformas promovida pelas esquerdas e o movimento popular organizado apontava para a luta em favor de um certo conteúdo social da democracia, e não para o seu desprezo.

Sem nunca ser aceita como valor sagrado, inconteste, a não ser em retóricas vazias, a luta política em torno da democracia sempre envolveu, historicamente, a disputa por concepções distintas da palavra. São essas concepções díspares que devem ser examinadas com mais cuidado pelo historiador, pois a aceitação acrítica e genérica de um único conceito de democracia, que se pressuponha universal, não merece sequer ser discutida pelos analistas; é, antes de mais nada, a-histórica.

Como lembra Moraes (2001, p. 18): “A História não possui cartórios de registro de marcas e patentes ideológico-doutrinárias”, e, portanto, a democracia não possui um único conteúdo social. Esta é, antes de tudo, uma palavra que se presta, e prestou, historicamente, a inúmeras concepções⁶. O caráter problemático do consenso sobre o valor da democracia é mencionado por esse analista crítico, que apontou para “[...] o nexo entre a historicidade e a polissemia da *palavra*, a qual se estende em muitos sentidos exatamente porque os embates ideológicos dos dois últimos séculos agregaram a seu campo semântico concepções distintas e até opostas”. Por isso, assumir a democracia como um conceito de interpretação histórica, atribuindo-lhe valores e outras qualidades, “[...] na suposição de que o termo seja empregado essencialmente no mesmo sentido” por todos os agentes envolvidos nos conflitos, é um equívoco que impossibilita que análises históricas, como as de Ferreira, accessem a consciência popular (Moraes, 2001, p. 18, grifo do autor).

⁶ Ninguém negará que as democracias conviveram historicamente com escravidão, chacinas étnicas e opressões de todos os tipos, como a exclusão de direitos sociais e políticos a mulheres, negros, analfabetos etc. (Moraes, 2001, p. 18, grifo do autor).

A noção instrumental da democracia que os autores identificam nas elites de esquerda, mais do que denunciadas, deveria ser melhor compreendida. E para entendermos o suposto desprezo que certos grupos sociais e políticos manifestavam sobre as instituições democráticas da época, é necessário evitarmos trabalhar com modelos universais idealizados de democracia. Esta tem de ser encarada em seu sentido histórico. Isso requer identificar o seu conteúdo político-social, aquele que foi construído historicamente, e não imposto por algum ideal abstraído de um manual filosófico ou desejo político. Que democracia realmente existente era aquela que serviu de cenário institucional para a luta política pré-golpe?

O quadro mais abrangente de crescente urbanização, industrialização, desenvolvimento econômico e constituição das primeiras redes de proteção ao trabalho, como os institutos de aposentadoria e pensões, sindicatos assistencialistas, e o advento das leis e justiça trabalhista, além da ampliação das empresas estatais, “[...] com seus generosos planos de carreira, financiamentos específicos e proteção contra o desemprego”, levou autores como Reis Filho a defenderem uma imagem de verdadeira “cornucópia” (Reis Filho, 2001, p. 345). No entanto, uma rápida análise da democracia que realmente existiu no Brasil entre 1945-1964 é suficiente para questionar essa expressão no mínimo exagerada.

Como já observaram outros analistas, de imediato, percebe-se que se trata de uma democracia bastante “[...] restrita até mesmo para os parâmetros daquilo que às vezes é adjetivado como democracia ‘burguesa-representativa-liberal’” (Mattos, 2005, p. 15). Além do constante uso da força policial e órgãos de repressão inaugurados pelo Estado Novo, estamos tratando de um regime democrático que manteve a legislação trabalhista corporativista, criada pela ditadura varguista, como forma mais eficaz de manutenção do controle sobre a ação dos trabalhadores; que não admitia que direitos trabalhistas e sociais se estendessem ao campo, onde se encontravam, segundo o recenseamento de 1960, 54,92% da população do país⁷; e que negava até mesmo o mínimo em termos de direitos políticos, ao proibir que os analfabetos, maioria esmagadora da população, pudessem exercer o direito ao voto (Bandeira, 1978, p. 168).

Abordar criticamente os limites da democracia da época não significa necessariamente desprezá-la. Muito pelo contrário, se a história ensinou algo aos trabalhadores e grupos subalternizados, é que o “império da lei” das classes dominantes sempre será preferível ao seu

⁷ Como aponta Bandeira (1978, p. 92), “[...] numa população de 70.967.185 milhões de habitantes, apenas 15.543.332 tinham o direito de votar, em 1960”.

regime de arbítrio. Uma lição aprendida na pele, que fez com que, em muitos momentos, os dominados se valessem dela como uma arma de luta para atingir seus objetivos, ampliando as liberdades democráticas já conquistadas, ou assumindo a defesa de sua conservação quando essas liberdades estiveram ameaçadas.

As restrições legais do regime democrático da época, no entanto, atacavam a representatividade política dos trabalhadores em vários ângulos. Como a imposição da ilegalidade ao PCB, que era julgado “antidemocrático”, mantinha seu registro eleitoral cassado, enquanto o PRP, que congregava os militantes do integralismo brasileiro, era admitido. Tais formas discricionárias para a aplicação da norma constitucional não eram nem um pouco incomuns, e contra elas se voltaram as esquerdas e o movimento popular organizado. A luta pelo reconhecimento das intersindicais, nova forma de organização do movimento operário, consideradas ilegais pelo regramento da estrutura trabalhista herdada do governo Vargas, e pelo fim do Decreto 9.070 (na prática, uma lei antigreve), somava-se às lutas em defesa da ampliação da cidadania, como a extensão do direito ao voto dos analfabetos e pela possibilidade eletiva dos subalternos das Forças Armadas; além da defesa de reformas estruturais a serem realizadas ainda dentro dos marcos da sociedade e democracia burguesa.

Não faltaram manifestações da esquerda e do movimento popular no período em defesa da democracia. Como já lembrou Badaró, “a opção pela atuação nos marcos do sistema seria demonstrada também pelos principais sindicatos ligados ao CGT, quando estes rejeitaram, em fins de 1963, a tentativa de Jango de implantar o Estado de Sítio” (Mattos, 2005, p. 15). Entretanto, sem aceitar todas as restrições institucionais impostas pela correlação de forças de 1946, as esquerdas e o movimento popular organizado lutaram pela ampliação da vida democrática, questionando, assim, os limites da democracia realmente existente. Como afirma Toledo, citando Florestan Fernandes, foi contra essa tentativa de ampliação que se voltou o golpe de Estado:

O que [o golpe] procurava impedir era a transição de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada... que ameaçava o início da consolidação de um regime democrático-burguês, no qual vários setores das classes trabalhadoras (mesmo de massas populares mais ou menos marginalizadas, no campo e na cidade) contavam com crescente espaço político (Fernandes *apud* Toledo, 2004b, p. 14).

Por essa perspectiva, o golpe deixa de ser produto da radicalização de elites políticas antidemocráticas e pode ser percebido como um ato de força perpetrado pelo conjunto das

classes dominantes que, sentindo seus privilégios ameaçados, “[...] visou estancar a democracia que se expressava pela demanda da ampliação da cidadania dos trabalhadores urbanos e rurais” (Toledo, 2004b, p. 19). A imagem pobre de uma “democracia sem democratas” ganha o colorido do rico conflito político que, debatendo-se sobre o seu conteúdo social, restituía à palavra democracia o seu caráter polissêmico e as suas múltiplas possibilidades históricas. Tudo isso é perdido, porém, pela adoção de uma perspectiva elitista que prefere apontar a falta de espírito democrático dos contendores. Para fazê-lo, no entanto, os intérpretes têm que assumir uma concepção histórica e conceitual muito restrita de democracia. Reduzindo os princípios democráticos à legalidade vigente, os anseios e ações do movimento popular organizado e suas representações podem ser apresentados como quase sempre o são pela história política tradicional: radicais, irresponsáveis e autoritárias.

O apego à legalidade constitucional que Ferreira e Figueiredo possuem, e cobram, em retrospectiva, das esquerdas, é uma expressão evidente da perspectiva histórica elitista que assumem em suas análises. É somente por essa perspectiva que a luta intransigente pela extensão dos direitos trabalhistas ao campo; por uma reestruturação radical da propriedade fundiária e reformas sociais mais abrangentes; além da ampliação das liberdades de organização política e exercício da cidadania; a serem realizadas por meio do exercício da luta extralegal, pode ser apresentada como nada além de ações antidemocráticas ou flertes com o autoritarismo.

Assumindo toda prática ou medida ilegal como antidemocrática, praticamente todo questionamento que o movimento popular organizado e seus representantes fizeram sobre os limites institucionais impostos pela correlação de forças à época é desqualificado politicamente pelos autores. E, assim, a defesa da democracia se resume à defesa da legalidade, mesmo quando esse ordenamento legal foi instituído por meio da força. É o caso do lamento manifestado pelos autores sobre a perda da oportunidade que o parlamentarismo representou para a realização de reformas parciais e manutenção da democracia. Para Figueiredo, a medida casuística de substituição do sistema presidencialista pelo parlamentarista foi “uma solução de compromisso” que, apesar de não ter agradado à esquerda, evitou o golpe militar em 1961 (Figueiredo, 1993, p. 31). Reconhecendo que a emenda aprovada de última hora continha muitas deficiências de técnica legislativa, o que prejudicava a prática eficiente do governo, a autora lamenta que não tenha ocorrido um esforço conjunto para os devidos aprofundamentos institucionais, e que, em vez disso, a esquerda tenha agido contra o novo regime, boicotando-o desde o seu primeiro dia. Assim, a luta contra a institucionalização de uma medida golpista,

que contou com uma ampla aliança social e considerável apoio popular, deixa de ter a marca de um movimento democrático e, na verdade, é apresentada como o seu oposto: uma ação intransigente e antidemocrática⁸. Democrático, pela perspectiva assumida pela autora, seria aceitar “a solução de compromisso” (leia-se: golpe parlamentar) aprovada pelo Congresso que, coagido por um contexto de crise institucional inaugurado por uma fragrante tentativa de golpe militar, usurpou os poderes governamentais da Presidência da República.

Fica evidente que essa redução da democracia ao legalismo é uma manifesta aceitação da ótica histórica das elites. Sabe-se que, para servir à manutenção da ordem social, as leis quase sempre estão adaptadas aos interesses primários das classes dominantes. Por isso, historicamente, a maioria das ações de resistência à opressão se deu por meio de práticas ilegais. Não obstante, autores como Gramsci já haviam alertado de que a história dos trabalhadores e grupos sociais subalternos mantinha uma íntima relação com o crime, e o banditismo social já foi objeto de muitas investigações da história social comprometida com a perspectiva dos “de baixo”. Nesse sentido, mesmo que, em algumas situações específicas, tenha sido objeto de defesa, a legalidade nem sempre serviu aos interesses de classe dos oprimidos, que, conscientes disso, muitas vezes, não se recusaram a questionar e a atacar os seus limites.

Obviamente, a aceitação do caráter social da democracia burguesa não nos deve levar a reduzi-la a apenas fruto de artimanhas das classes dominantes. Muito pelo contrário, a maioria dos avanços democráticos são, antes de tudo, conquistas da luta dos povos oprimidos. Essas conquistas, entretanto, quase sempre se deram por meio de um processo de radicalização.

A própria democracia liberal moderna é, historicamente, produto de uma profunda radicalização social que promoveu uma ampla revolução política. Certamente, eram ilegais inúmeras ações e medidas tomadas pelos colonizados revoltados com o domínio britânico, que, promovendo uma revolução no continente americano, instauraram os princípios básicos do republicanismo e da democracia liberal. Assim como, ao derrubarem a monarquia e executarem o rei, os franceses do século XVIII não agiram com parcimônia e dentro dos estritos limites da legalidade do antigo regime. Instaurada, a democracia burguesa também só foi devidamente ampliada, incorporando novas liberdades democráticas e exercícios de cidadania, através da mais renhida e violenta luta promovida pelos trabalhadores e grupos sociais subalternizados. As greves, a associação política e a produção e circulação de jornais operários foram, por muitas

⁸ O “não” pela permanência do regime parlamentarista teve 9.457.488 de votos, enquanto o “sim” obteve apenas 2.073.582. Cf. Melo (2009).

décadas, por exemplo, ato de ilegalidade e subversão da ordem democrática. O reconhecimento da legalidade da representação política e aceitação de certos direitos sociais aos trabalhadores não se deram sem a radicalização da luta pelo movimento operário, assim como as lutas descolonizadoras e o movimento em defesa dos direitos civis no século XX. Tampouco as sufragistas deixaram de cometer inúmeros atos de ilegalidade para forçar a institucionalidade democrática a incorporar as mulheres à vida pública. Em suma, não se precisa ser especialista no passado para saber que a democracia nunca foi um regime de concessão, mas de conquista, e que sua instauração ou ampliação nunca veio sem luta, pressão e mobilização popular. Por isso, o conflito político em uma democracia quase nunca é reduzido às batalhas e negociações parlamentares ou acordos palacianos. Mesmo que estes sejam um campo privilegiado de atuação, a luta extraparlamentar sempre foi, à luz da história, um importante campo de conflito político e exercício da cidadania.

Mais do que ingenuidade, a concepção de democracia imposta por Ferreira à sua narrativa, quer queira, quer não, assume um dos lados na contenda. É por isso que os anseios e ações das esquerdas são quase sempre vistos pela ótica das direitas, e o discurso patronal é novamente incorporado pela narrativa. Como apontou Demier, segundo os “legalistas” da época, o governo Goulart ignorava a carta constitucional ao permitir “[...] a manifestação do proletariado sobre a legislação sindical corporativista que o engessava” (Demier, 2005, p. 36). A “[...] defesa dos códigos jurídicos significava, para os adeptos do legalismo, um fim em si mesmo” (Demier, 2005, p. 39). Nessa perspectiva, a “[...] tentativa dos ministros militares de evitar a posse de Jango em 1961 era [...] tão absurda e inconstitucional quanto a existência de entidades como o CGT e as greves provocadas por elas” (Demier, 2005, p. 39). É o que fica evidente na manifestação do deputado Camilo Ashcar, já citado anteriormente. Declarando que a greve era um direito, mas que o Decreto 9.070 (uma lei antigreve) também era igualmente constitucional, concluiu que “[...] nem todas as greves são ilegítimas e que, no Brasil, quase todas são ilegítimas” (Negro; Silva, 2011, p. 86). Posto dessa forma, o legalismo é, obviamente, uma arma de dominação, e questioná-lo, ou mesmo violentá-lo, portanto, pode ser um ato de resistência democrática. Só não percebe isso quem assume a perspectiva histórica das elites, desprezando a ótica dos “de baixo”.

Referências

- BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. 5. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CALIL, Gilberto. O sentido histórico do golpe de 1964 e da ditadura e suas interpretações. In: MATTOS, Marcelo Badaró; VEGA, Rubén (Org.). *Trabalhadores, golpes e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal*. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- DEMIER, Felipe Abrantes. A legalidade do Golpe: o controle dos trabalhadores como condição para o respeito às leis. *Revista História & Luta de Classes*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 29-41, 2005.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.
- FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964, In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. *O Brasil republicano*. Vol. 3, 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas?: alternativas democráticas à crise política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- GARCIA, Marco Aurélio (org.). *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Cedec, 1986.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRYNSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical 1945-1964: as esquerdas no Brasil*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia. *Revista História & Luta de Classes*. Rio de Janeiro, v. 1, 2005.

MELO, Demian Bezerra. *O plebiscito de 1963: inflexão de formas na crise orgânica dos anos sessenta.* 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

MORAES, João Quartim de. Contra a canonização da democracia. *Critica Marxista*, São Paulo, v. 12, p. 9-40.

NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.* Vol. 3, 4. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos: os comunistas e sindicatos no Brasil.* 1. ed. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), 2001.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia. As faláciais do revisionismo. *Crítica Marxista*, Rio de Janeiro, n. 19, 2004a.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004b.